Comunicação Digital e Participação Cidadã

Digital Communication and Citizen Participation

Ana Luiza Carvalho Moreira
annaluizamoreira@hotmail.com
https://orcid.org/0009-0004-9078-0887
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Brasil

Artículo recibido: 04/01/2026
Aceptado para publicación: 05/02/2026
Conflictos de Intereses: Ninguno que declarar

RESUMO

O presente artigo de revisão tem como objetivo analisar e sistematizar a produção científica recente sobre a relação entre a comunicação digital e a participação cidadã, com o propósito de identificar os principais enfoques teóricos, formas de participação, benefícios, limitações e desafios que caracterizam esse fenômeno nas democracias contemporâneas. Para isso, foi desenvolvida uma revisão sistemática da literatura seguindo as diretrizes da metodologia PRISMA, que incluiu a busca, seleção e análise de artigos científicos publicados em bases de dados acadêmicas internacionais e regionais. A análise das informações foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa e análise temática, organizando os achados em categorias analíticas. Os resultados evidenciam que a comunicação digital ampliou e diversificou as modalidades de participação cidadã, favorecendo o acesso à informação, a expressão pública e a mobilização coletiva. No entanto, também foram identificadas limitações e riscos associados à exclusão digital, à desinformação, à polarização e à influência das plataformas digitais na visibilidade dos discursos. Conclui-se que a comunicação digital constitui um ambiente com alto potencial para o fortalecimento da participação cidadã, desde que seja acompanhada por políticas públicas, iniciativas de alfabetização digital e marcos regulatórios orientados para uma democracia mais inclusiva e deliberativa.

Palavras-chave: comunicação digital; participação cidadã; democracia digital

ABSTRACT

This review aims to analyze and systematize recent scientific literature on the relationship between digital communication and citizen participation, to identify the main theoretical approaches, forms of participation, benefits, limitations, and challenges that characterize this phenomenon in contemporary democracies. A systematic literature review was conducted following the PRISMA methodology guidelines, which included the search, selection, and analysis of scientific articles published in international and regional academic databases. Data analysis was carried out through a qualitative approach and thematic analysis, organizing the results into analytical categories. The results show that digital communication has expanded and diversified the modalities of citizen participation, facilitating access to information, public expression, and collective mobilization. However, limitations and risks were also identified, particularly those related to digital exclusion, disinformation, polarization, and the influence of digital platforms on the visibility of public discourse. It is concluded that digital communication constitutes an environment with high potential for strengthening citizen participation, if it is accompanied by public policies, digital literacy initiatives, and regulatory frameworks aimed at promoting a more inclusive and deliberative democracy.

Keywords: digital communication; citizen participation; digital democracy

INTRODUÇÃO

Comunicação digital e participação cidadã

Nas últimas décadas, a expansão das tecnologias digitais transformou profundamente as formas de comunicação social, política e cultural, dando origem a novos cenários de interação entre cidadãos, instituições e atores políticos. A comunicação digital, entendida como o conjunto de práticas comunicativas mediadas por tecnologias digitais, consolidou-se como um elemento central na vida cotidiana e nos processos democráticos contemporâneos, influenciando diretamente as dinâmicas de participação cidadã e a construção da esfera pública digital (Castells, 2012; Jenkins, Ford & Green, 2015). Esse fenômeno reconfigurou os modos tradicionais de acesso à informação, deliberação pública e ação coletiva, ampliando as possibilidades de envolvimento cidadão para além dos canais institucionais clássicos.

A participação cidadã constitui um pilar fundamental dos sistemas democráticos, pois permite que a população influencie a tomada de decisões públicas, expresse demandas coletivas e exerça controle social sobre as instituições do Estado. Tradicionalmente, essa participação tem sido canalizada por meio de mecanismos formais como o voto, a filiação partidária ou a participação em organizações sociais; contudo, o avanço da comunicação digital diversificou e ampliou esses mecanismos, possibilitando novas formas de expressão, mobilização e deliberação cidadã em ambientes virtuais (Dahlgren, 2013; Norris, 2011). Nesse contexto, a comunicação digital não atua apenas como um meio, mas também como um espaço de construção política e social.

O desenvolvimento da internet, das redes sociais e das plataformas digitais gerou um ecossistema comunicativo caracterizado pela imediaticidade, interatividade e horizontalidade, elementos que impactaram significativamente a relação entre cidadania e poder. Essas tecnologias reduziram as barreiras de entrada para a participação pública, permitindo que setores historicamente marginalizados possam expressar suas opiniões, organizar-se coletivamente e tornar visíveis problemáticas sociais (Castells, 2009; Shirky, 2011). No entanto, esse processo também gerou tensões relacionadas à desigualdade de acesso, à qualidade do debate público e à proliferação da desinformação.

Sob uma perspectiva teórica, a comunicação digital e a participação cidadã inserem-se no debate sobre a transformação da esfera pública contemporânea. Habermas (2006) adverte que os meios digitais modificaram as condições do discurso público, fragmentando as audiências e multiplicando os espaços de debate, o que pode fortalecer a pluralidade de

vozes, mas também enfraquecer consensos racionais. Nesse sentido, a esfera pública digital apresenta-se como um espaço ambivalente, capaz de potencializar a democracia deliberativa ou, ao contrário, aprofundar processos de polarização e exclusão.

O surgimento das redes sociais como espaços centrais de interação política tem sido amplamente analisado pela literatura recente. Plataformas como Facebook, X (antigo Twitter), Instagram e YouTube tornaram-se arenas-chave para a discussão pública, a difusão de informações políticas e a mobilização social (Bennett & Segerberg, 2013; Van Dijck, 2018). Essas plataformas permitem uma comunicação bidirecional entre cidadãos e atores institucionais, favorecendo dinâmicas de participação mais diretas e personalizadas, embora mediadas por algoritmos que influenciam a visibilidade dos conteúdos.

Diversos estudos apontam que a comunicação digital pode fortalecer a participação cidadã ao facilitar o acesso à informação, promover o debate público e estimular o engajamento cívico, especialmente entre jovens e setores com menor participação nos canais tradicionais (Loader, Vromen & Xenos, 2014; Gil de Zúñiga, Jung & Valenzuela, 2012). Nesse sentido, a alfabetização digital e midiática torna-se um fator-chave para garantir uma participação informada, crítica e responsável em ambientes digitais, evitando práticas de consumo passivo ou manipulação informativa.

Entretanto, a relação entre comunicação digital e participação cidadã não é linear nem isenta de contradições. Alguns autores alertam para o risco do chamado *slacktivism* ou ativismo superficial, no qual a participação se limita a ações simbólicas de baixo custo, como "curtir" ou compartilhar conteúdos, sem se traduzir em um compromisso político sustentado (Morozov, 2011; Christensen, 2011). Essa crítica questiona a profundidade e a efetividade da participação digital, especialmente quando não se articula com ações coletivas fora do ambiente virtual.

A proliferação de notícias falsas, discursos de ódio e estratégias de manipulação informativa representa um dos principais desafios para a participação cidadã na era digital. A desinformação pode corroer a confiança nas instituições, distorcer o debate público e afetar a tomada de decisões democráticas (Allcott & Gentzkow, 2017; Wardle & Derakhshan, 2017). Nesse contexto, a comunicação digital torna-se um terreno de disputa simbólica, onde diferentes atores competem por atenção e legitimidade.

No âmbito institucional, governos e organizações públicas têm incorporado progressivamente ferramentas de comunicação digital para promover a participação cidadã, por meio de plataformas de governo eletrônico, consultas públicas online e

mecanismos de transparência digital. Essas iniciativas buscam fortalecer a governança democrática, melhorar a prestação de contas e promover uma relação mais próxima entre o Estado e a cidadania (OECD, 2020; Criado & Gil-García, 2019). Contudo, sua efetividade depende de fatores como a confiança cidadã, a acessibilidade tecnológica e a vontade política.

Na América Latina, a comunicação digital tem desempenhado um papel relevante em processos de mobilização social, ativismo político e participação cidadã, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e crises institucionais. Pesquisas recentes mostram que as plataformas digitais têm sido utilizadas para tornar visíveis demandas sociais, organizar protestos e denunciar práticas de corrupção, embora também tenham se tornado espaços de confronto político e polarização ideológica (Waisbord, 2018; Tufte & Enghel, 2009). Esse contexto regional apresenta desafios específicos para a análise da relação entre comunicação digital e democracia.

A pandemia de COVID-19 acelerou ainda mais a digitalização da comunicação pública e da participação cidadã, evidenciando tanto o potencial quanto as limitações dos ambientes digitais. Durante esse período, as redes sociais e plataformas digitais tornaram-se canais centrais para a informação pública, a deliberação social e a organização comunitária, ao mesmo tempo em que se intensificaram os problemas de desinformação e exclusão digital (Cinelli et al., 2020; WHO, 2020). Esse cenário reforça a necessidade de analisar criticamente o papel da comunicação digital em contextos de crise.

Sob uma perspectiva interdisciplinar, o estudo da comunicação digital e da participação cidadã integra contribuições da comunicação, da ciência política, da sociologia e dos estudos culturais, permitindo compreender a complexidade dos fenômenos envolvidos. A literatura converge ao afirmar que a participação cidadã em ambientes digitais não pode ser analisada apenas em termos tecnológicos, mas deve ser considerada em relação a fatores sociais, culturais, econômicos e políticos que condicionam seu desenvolvimento (Couldry, 2012; Fuchs, 2014).

Nesse marco, torna-se fundamental analisar como a comunicação digital redefine as práticas participativas, os papéis dos atores sociais e as formas de exercício da cidadania nas democracias contemporâneas. Compreender essas dinâmicas permite identificar oportunidades para fortalecer a participação cidadã, bem como desafios que devem ser enfrentados por meio de políticas públicas, estratégias educacionais e marcos regulatórios adequados (Boulianne, 2015; Papacharissi, 2015).

Diante do exposto, o presente artigo de revisão tem como objetivo analisar e sistematizar a produção científica recente sobre a comunicação digital e sua relação com a participação cidadã, identificando os enfoques teóricos predominantes, as principais formas de participação digital, os benefícios, limitações e desafios emergentes. Por meio de uma revisão sistemática da literatura, busca-se contribuir com evidências que favoreçam uma compreensão abrangente do fenômeno e sirvam de base para futuras pesquisas e para o desenvolvimento de estratégias voltadas ao fortalecimento da democracia em ambientes digitais (PRISMA Group, 2020; Snyder, 2019)

Contexto e Relevância do Estudo

A transformação digital da sociedade contemporânea redefiniu profundamente os processos de comunicação, interação social e exercício da cidadania. O avanço acelerado das tecnologias da informação e comunicação (TIC), particularmente o uso massivo da internet e das plataformas digitais, gerou novos cenários para a circulação de informações, o debate público e a participação cidadã, alterando as dinâmicas tradicionais da esfera pública (Castells, 2012; Van Dijck, 2018). Nesse contexto, a comunicação digital se posiciona como um eixo central para compreender as formas atuais de vinculação entre a cidadania, as instituições e os atores políticos.

A participação cidadã é um componente essencial das democracias modernas, pois possibilita a intervenção ativa da população nos assuntos públicos, fortalece a legitimidade institucional e promove a prestação de contas. Nas últimas décadas, esse conceito passou por uma ampliação significativa, incorporando não apenas mecanismos formais de participação política, mas também práticas informais mediadas por tecnologias digitais, como o ativismo em redes sociais, as campanhas virtuais e as comunidades online (Norris, 2011; Dahlgren, 2013). Essas novas formas de participação adquiriram especial relevância em contextos nos quais os canais tradicionais se mostram insuficientes ou excludentes.

A relevância do estudo da comunicação digital e da participação cidadã se intensifica em um cenário global marcado por crises de representação, desconfiança institucional e polarização política. Nesse marco, as plataformas digitais tornaram-se espaços-chave para a expressão cidadã, a organização coletiva e a visibilização de demandas sociais, ao mesmo tempo em que colocam desafios relacionados à qualidade do debate público, à desinformação e à manipulação algorítmica (Allcott & Gentzkow, 2017; Papacharissi,

2015). Analisar essas dinâmicas é fundamental para compreender o impacto real da comunicação digital nos processos democráticos.

Na América Latina, a comunicação digital adquiriu um papel estratégico na participação cidadã, especialmente em contextos de desigualdade social, limitações institucionais e alta penetração de redes sociais. Estudos recentes evidenciam que essas plataformas têm sido utilizadas tanto para fortalecer a ação coletiva e a mobilização social quanto para aprofundar tensões políticas e discursivas (Waisbord, 2018; Tufte & Enghel, 2009). Consequentemente, a análise sistemática da produção científica sobre esse fenômeno torna-se relevante para oferecer evidências contextualizadas e orientar políticas públicas e estratégias de fortalecimento democrático.

Fundamentação Teórica

O estudo da comunicação digital e da participação cidadã se sustenta em diversos marcos teóricos que permitem compreender a relação entre tecnologia, democracia e esfera pública. Uma das contribuições mais influentes provém da teoria da sociedade em rede, desenvolvida por Castells (2009, 2012), segundo a qual as tecnologias digitais configuraram novas estruturas de poder e comunicação, caracterizadas pela descentralização, interconectividade e capacidade de auto-organização dos atores sociais. Nessa perspectiva, a comunicação digital não apenas media a participação cidadã, mas também redefine suas formas e alcances.

Outro enfoque relevante é o da esfera pública digital, derivado da teoria haremmasiana da ação comunicativa. Habermas (2006) argumenta que os ambientes digitais fragmentaram a esfera pública tradicional, multiplicando os espaços de deliberação e ampliando a pluralidade de vozes. Embora esse processo possa fortalecer a participação cidadã, também introduz riscos associados à perda de consensos racionais e à proliferação de discursos polarizados, o que exige uma análise crítica das condições comunicativas nos ambientes digitais.

No campo da comunicação política, diversos autores analisaram como as plataformas digitais viabilizam novas formas de participação cidadã baseadas na interação, personalização e conectividade em rede. Bennett e Segerberg (2013) propõem o conceito de ação conectiva para descrever modalidades de participação menos hierárquicas e mais flexíveis, nas quais os indivíduos se mobilizam a partir de enquadramentos comunicativos personalizados, sem necessidade de estruturas organizativas tradicionais. Esse enfoque é fundamental para compreender as dinâmicas contemporâneas do ativismo digital.

A literatura sobre cultura participativa destaca o papel ativo dos cidadãos como produtores e difusores de conteúdos no ecossistema digital. Jenkins et al. (2015) sustentam que as plataformas digitais favorecem a participação ao reduzir as barreiras de expressão e permitir a circulação de conteúdos gerados pelos usuários. Contudo, esse enfoque também reconhece desigualdades nas capacidades de participação, associadas ao capital cultural, à alfabetização digital e ao acesso tecnológico.

A partir de uma perspectiva crítica, autores como Fuchs (2014) e Couldry (2012) advertem que a participação cidadã em ambientes digitais é condicionada por estruturas econômicas e tecnológicas dominadas por grandes corporações, cujos interesses influenciam a visibilidade dos discursos e as possibilidades de participação efetiva. Nesse sentido, a comunicação digital apresenta-se como um espaço de oportunidades, mas também de disputas de poder que precisam ser consideradas na análise teórica.

Os enfoques sobre alfabetização digital e midiática oferecem um marco fundamental para compreender a qualidade da participação cidadã em ambientes digitais. Estudos recentes destacam que a capacidade de analisar criticamente informações, identificar desinformação e participar de maneira responsável é um requisito indispensável para fortalecer a democracia digital (Gil de Zúñiga et al., 2012; Wardle & Derakhshan, 2017). Essa dimensão é essencial para avaliar o impacto real da comunicação digital na participação cidadã.

Problemática

Apesar do potencial democratizador atribuído à comunicação digital, a relação entre essas tecnologias e a participação cidadã apresenta múltiplas tensões e desafios que configuram a problemática central do presente estudo. Um dos principais questionamentos diz respeito à qualidade e profundidade da participação digital, uma vez que diversas pesquisas indicam que muitas práticas cidadãs online se limitam a ações simbólicas de baixo comprometimento, sem produzir mudanças substantivas nos processos políticos ou sociais (Morozov, 2011; Christensen, 2011).

Outro aspecto problemático é a persistência da exclusão digital, que condiciona o acesso e a participação efetiva de amplos setores da população. As desigualdades em infraestrutura tecnológica, competências digitais e acesso à informação limitam as possibilidades de participação cidadã em ambientes digitais, reproduzindo exclusões preexistentes no âmbito offline (Van Dijk, 2020; Norris, 2011). Esse fenômeno é

especialmente relevante em contextos latino-americanos, onde as desigualdades socioeconômicas continuam significativas.

A desinformação e a manipulação informativa constituem um dos desafios mais críticos da comunicação digital contemporânea. A circulação massiva de notícias falsas, discursos de ódio e conteúdos manipulados afeta a qualidade do debate público e pode influenciar negativamente a tomada de decisões cidadãs, enfraquecendo a confiança nas instituições democráticas (Allcott & Gentzkow, 2017; Wardle & Derakhshan, 2017). Esse cenário levanta questionamentos sobre o papel das plataformas digitais e a responsabilidade dos diferentes atores envolvidos.

A lógica algorítmica que regula a visibilidade dos conteúdos nas plataformas digitais introduz novas formas de mediação que afetam a participação cidadã. Os algoritmos tendem a priorizar conteúdos alinhados às preferências dos usuários, gerando câmaras de eco e processos de polarização que limitam a exposição a perspectivas diversas (Pariser, 2011; Sunstein, 2018). Essa dinâmica pode enfraquecer a deliberação democrática e aprofundar divisões sociais.

No âmbito institucional, persistem dificuldades para integrar de maneira efetiva a comunicação digital às estratégias de participação cidadã. Embora muitos governos tenham incorporado ferramentas digitais, essas iniciativas frequentemente enfrentam problemas de implementação, baixa participação e desconfiança cidadã, o que limita seu impacto na governança democrática (OECD, 2020; Criado & Gil-García, 2019). Essa situação evidencia a necessidade de análises sistemáticas que permitam identificar boas práticas e desafios recorrentes.

Objetivos e Perguntas de Pesquisa

O objetivo geral do presente artigo de revisão é analisar e sistematizar a produção científica recente sobre a comunicação digital e sua relação com a participação cidadã, a fim de identificar os principais enfoques teóricos, formas de participação digital, benefícios, limitações e desafios associados a esse fenômeno no contexto das democracias contemporâneas (Snyder, 2019; PRISMA Group, 2020).

Como objetivos específicos, propõe-se: a) examinar os marcos teóricos utilizados para o estudo da comunicação digital e da participação cidadã; b) identificar as principais modalidades de participação cidadã mediadas por tecnologias digitais; c) analisar os benefícios e riscos associados à comunicação digital nos processos democráticos; e d)

reconhecer os desafios emergentes para o fortalecimento de uma participação cidadã informada e crítica em ambientes digitais (Boulianne, 2015; Papacharissi, 2015).

A partir desses objetivos, formulam-se as seguintes perguntas de pesquisa: como a literatura científica conceitua a relação entre comunicação digital e participação cidadã? Quais formas de participação cidadã se desenvolvem em ambientes digitais? Quais são os principais benefícios e limitações identificados nos estudos recentes? E quais desafios se apresentam para o fortalecimento da democracia no contexto da comunicação digital? Essas perguntas orientam a análise e permitem estruturar de forma sistemática os resultados do estudo (Norris, 2011; Dahlgren, 2013).

METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão sistemática da literatura, seguindo as diretrizes estabelecidas pela metodologia PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), a qual fornece um marco estruturado e transparente para a identificação, seleção, avaliação e análise de estudos científicos relevantes (Page et al., 2021; Moher et al., 2009). A aplicação dessa abordagem permitiu garantir o rigor metodológico, a replicabilidade do processo e a validade dos resultados, aspectos fundamentais em artigos de revisão.

Desenho do estudo

Adotou-se um desenho qualitativo de caráter descritivo-analítico, orientado a sistematizar e analisar criticamente a produção científica recente sobre a comunicação digital e sua relação com a participação cidadã. Essa abordagem mostra-se adequada para examinar tendências teóricas, enfoques conceituais, problemáticas recorrentes e achados relevantes em estudos prévios, permitindo uma compreensão integral do fenômeno analisado (Snyder, 2019; Petticrew & Roberts, 2006).

Estratégia de busca

A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados acadêmicas internacionais e regionais reconhecidas por seu rigor científico, tais como Scopus, Web of Science, SciELO, Redalyc e Google Scholar. Essas fontes foram selecionadas por sua ampla cobertura nos campos da comunicação, das ciências sociais e da ciência política (Gough, Oliver & Thomas, 2017).

Foram utilizados descritores e palavras-chave em espanhol e inglês, combinados mediante operadores booleanos AND e OR, com o objetivo de maximizar a recuperação de estudos relevantes. Entre os principais termos empregados incluíram-se: *comunicação*

digital, participação cidadã, democracia digital, redes sociais, ativismo digital, digital communication, citizen participation e *digital democracy*. A estratégia de busca foi ajustada às particularidades de cada base de dados para assegurar resultados pertinentes e atualizados (Page et al., 2021).

Critérios de inclusão e exclusão

Para a seleção dos estudos foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão claramente definidos, o que permitiu delimitar o corpus de análise de maneira sistemática e replicável.

Como critérios de inclusão, consideraram-se:

a) artigos científicos publicados em revistas revisadas por pares;
b) estudos empíricos e teóricos centrados na relação entre comunicação digital e participação cidadã;
c) publicações em espanhol e inglês;
d) artigos publicados em período recente, priorizando a última década, a fim de garantir a atualidade dos enfoques analisados (Moher et al., 2009; Snyder, 2019).

Como critérios de exclusão, foram descartados:

a) documentos duplicados;
b) publicações sem revisão por pares;
c) estudos que abordassem a comunicação digital sem vinculação explícita com a participação cidadã;
d) trabalhos com informação insuficiente ou com escassa relevância teórica para os objetivos do estudo.

A aplicação desses critérios contribuiu para fortalecer a coerência e a qualidade da análise final.

Processo de seleção dos estudos

O processo de seleção foi desenvolvido em quatro etapas, conforme o diagrama de fluxo PRISMA: identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Na etapa de identificação, foram recuperados os registros iniciais a partir da busca nas bases de dados selecionadas. Posteriormente, na fase de triagem, realizou-se a revisão de títulos e resumos para descartar aqueles estudos que não atendiam aos critérios de inclusão estabelecidos (Page et al., 2021).

Na fase de elegibilidade, procedeu-se à leitura completa dos artigos selecionados, avaliando sua pertinência temática e qualidade metodológica. Finalmente, na etapa de

inclusão, constituiu-se o corpus definitivo de estudos analisados, o qual serviu de base para a análise qualitativa e a construção das categorias analíticas. Esse processo sistemático permitiu reduzir vieses e garantir a transparência do estudo.

Análise da informação

A análise dos estudos incluídos foi realizada mediante uma abordagem qualitativa baseada na análise temática, técnica que permite identificar, organizar e sintetizar padrões recorrentes na literatura científica (Braun & Clarke, 2006). Esse método mostrou-se adequado para examinar a diversidade de enfoques teóricos, resultados empíricos e debates acadêmicos em torno da comunicação digital e da participação cidadã.

A informação foi codificada e organizada de maneira indutiva e dedutiva, o que permitiu articular os achados emergentes com os marcos teóricos existentes. Esse processo facilitou a sistematização dos resultados e a discussão crítica das principais tendências identificadas na literatura revisada (Nowell et al., 2017).

Categorias de análise

A partir do processo de revisão e análise temática, foram definidas as seguintes categorias analíticas, que estruturam a seção de Resultados e Discussão do estudo:

1. **Conceitualização da comunicação digital e da participação cidadã**, que aborda os principais enfoques teóricos e definições utilizadas na literatura.
2. **Formas e modalidades de participação cidadã em ambientes digitais**, centrada em práticas como o ativismo digital, a deliberação on-line e a ação coletiva mediada por tecnologias.
3. **Benefícios e potencialidades da comunicação digital para a participação cidadã**, incluindo o acesso à informação, a ampliação da esfera pública e a mobilização social.
4. **Limitações, riscos e desafios da participação cidadã digital**, tais como o slacktivism, a brecha digital, a desinformação e a polarização.
5. **Papel das instituições e das plataformas digitais na promoção da participação cidadã**, que analisa estratégias de governo digital, transparência e prestação de contas.

Essas categorias permitiram organizar de maneira coerente os achados do estudo e facilitar uma discussão teórica integral do fenômeno analisado (Dahlgren, 2013; Boulianne, 2015).

Considerações éticas

Por tratar-se de uma revisão sistemática da literatura, o estudo não implicou a participação direta de seres humanos nem o manejo de dados sensíveis. No entanto, foram respeitados os princípios éticos de integridade acadêmica, transparência metodológica e correta citação das fontes consultadas, conforme as normas internacionais de publicação científica (COPE, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conceitualização da comunicação digital e da participação cidadã

A análise dos estudos incluídos na revisão evidencia que a conceitualização da comunicação digital experimentou uma evolução substancial no campo acadêmico, passando de abordagens predominantemente tecnológicas e instrumentais para perspectivas integrais que a compreendem como um fenômeno sociocultural, político e estrutural. A comunicação digital é concebida não apenas como um conjunto de ferramentas ou plataformas, mas como um ambiente complexo de interação que configura novas formas de produção simbólica, relações de poder e práticas cidadãs (Castells, 2012; Couldry, 2012). Essa visão ampliada permite compreender sua influência direta na redefinição da participação cidadã nas democracias contemporâneas.

A partir da perspectiva da sociedade em rede, amplamente abordada nos estudos revisados, Castells (2009, 2012) sustenta que as tecnologias digitais transformaram as estruturas sociais ao possibilitar fluxos de informação descentralizados, interconectados e globais. Os resultados mostram que numerosos autores adotam esse marco para explicar como a comunicação digital facilita novas formas de organização cidadã, caracterizadas pela horizontalidade, pela rapidez na difusão de mensagens e pela capacidade de auto-organização coletiva. Nesse contexto, a participação cidadã deixa de depender exclusivamente de intermediários tradicionais, como partidos políticos ou meios de comunicação de massa, passando a articular-se por meio de redes digitais flexíveis e dinâmicas.

Em relação à participação cidadã, a literatura analisada evidencia uma ampliação conceitual significativa. Tradicionalmente associada a mecanismos formais como o voto ou a filiação política, a participação cidadã passa a incluir práticas comunicativas, expressivas e deliberativas desenvolvidas em ambientes digitais. Autores como Norris (2011) e Dahlgren (2013) destacam que a participação cidadã contemporânea integra dimensões cognitivas — relacionadas ao acesso e processamento da informação —, dimensões afetivas — vinculadas à identidade, à emoção e ao sentido de pertencimento

— e dimensões práticas, que incluem ações coletivas e mobilizações mediadas por tecnologias digitais. Essa conceitualização ampliada aparece de forma consistente nos estudos revisados.

Um eixo central identificado nos resultados é a noção de esfera pública digital, que retoma os planteamentos de Habermas sobre a deliberação democrática, adaptando-os ao contexto tecnológico atual. Habermas (2006) reconhece que os meios digitais transformaram as condições do debate público ao fragmentar as audiências e multiplicar os espaços de discussão. Os estudos analisados coincidem em afirmar que a comunicação digital amplia a esfera pública ao permitir a emergência de múltiplas microesferas nas quais os cidadãos podem expressar opiniões, debater e tornar visíveis demandas sociais. No entanto, essa fragmentação também introduz desafios relacionados à coesão social e à construção de consensos.

Nesse sentido, Papacharissi (2015) propõe o conceito de esfera pública afetiva, amplamente citado na literatura revisada, para explicar como as emoções e narrativas pessoais adquirem um papel central na comunicação digital. Os resultados mostram que diversos estudos destacam que a participação cidadã em ambientes digitais não se baseia apenas em argumentos racionais, mas também em expressões emocionais que fortalecem a mobilização e o engajamento cívico. Essa dimensão afetiva contribui para a construção de identidades coletivas e para o sentimento de pertencimento, embora também possa intensificar processos de polarização.

Outro enfoque relevante identificado na revisão é o da ação conectiva, desenvolvido por Bennett e Segerberg (2013), que descreve formas de participação cidadã mediadas pela comunicação digital caracterizadas por seu caráter personalizado e menos hierárquico. Diferentemente da ação coletiva tradicional, a ação conectiva organiza-se a partir de marcos comunicativos flexíveis que permitem aos indivíduos participar de forma autônoma, articulando demandas pessoais em amplas redes digitais. Os resultados mostram que esse enfoque é particularmente útil para compreender movimentos sociais contemporâneos e formas de ativismo digital analisadas nos estudos incluídos.

A literatura revisada também incorpora o enfoque da cultura participativa, proposto por Jenkins et al. (2015), que destaca o papel ativo dos cidadãos como produtores, difusores e reinterpretadores de conteúdos no ecossistema digital. A partir dessa perspectiva, a comunicação digital reduz as barreiras de entrada para a participação pública, permitindo que os cidadãos não apenas consumam informação, mas também contribuam para a construção do discurso público. Os resultados evidenciam que essa capacidade de

produção simbólica fortalece o empoderamento cidadão, embora não se distribua de maneira equitativa entre todos os setores sociais.

A partir de uma perspectiva crítica, os estudos analisados advertem que a conceitualização da comunicação digital e da participação cidadã deve considerar as estruturas de poder que atravessam os ambientes digitais. Autores como Fuchs (2014) e Couldry (2012) afirmam que as plataformas digitais são controladas por grandes corporações tecnológicas cujos interesses econômicos influenciam a visibilidade dos discursos e as reais possibilidades de participação. Os resultados da revisão mostram que essa dimensão crítica é fundamental para evitar visões idealizadas da democracia digital e compreender as limitações estruturais do fenômeno.

Outro aspecto relevante identificado na literatura é a relação entre comunicação digital, cidadania e alfabetização midiática. Diversos estudos indicam que a participação cidadã efetiva em ambientes digitais requer competências críticas que permitam aos indivíduos avaliar informações, reconhecer vieses e participar de maneira responsável no debate público (Gil de Zúñiga et al., 2012; Wardle & Derakhshan, 2017). Nesse sentido, a comunicação digital não garante por si só uma participação democrática de qualidade, devendo ser acompanhada por processos educativos que fortaleçam a alfabetização digital e cívica.

Os resultados também evidenciam que a conceitualização da participação cidadã digital varia de acordo com o contexto geográfico e sociopolítico. Em estudos centrados na América Latina, a comunicação digital é entendida como uma ferramenta fundamental para a visibilização de demandas sociais e para a denúncia de desigualdades, especialmente em contextos de fragilidade institucional (Waisbord, 2018; Tufte & Enghel, 2009). Contudo, esses estudos também alertam para os riscos de polarização e instrumentalização política das plataformas digitais.

Em síntese, a discussão teórica dos resultados mostra que a comunicação digital e a participação cidadã são conceituadas como fenômenos interdependentes, dinâmicos e multidimensionais. A comunicação digital não apenas amplia as oportunidades de participação cidadã, mas também redefine suas formas, significados e alcances, ao mesmo tempo em que introduz novos desafios relacionados ao poder, à desigualdade e à qualidade democrática. Essa complexidade conceitual constitui a base para a análise das categorias analíticas seguintes.

Formas e modalidades de participação cidadã em ambientes digitais

A revisão sistemática da literatura evidencia que a comunicação digital deu origem a uma ampla diversidade de formas e modalidades de participação cidadã, que ultrapassam os mecanismos tradicionais de envolvimento político e social. Os estudos analisados coincidem em afirmar que os ambientes digitais ampliaram o repertório de ação cidadã, permitindo práticas participativas mais flexíveis, descentralizadas e acessíveis (Bennett & Segerberg, 2013; Norris, 2011). Essa diversificação constitui um dos principais achados da literatura recente.

Uma das modalidades mais recorrentes identificadas é a participação informativa, que se manifesta por meio do acesso, consumo e circulação de conteúdos políticos e sociais em plataformas digitais. Autores como Gil de Zúñiga, Jung e Valenzuela (2012) sustentam que a exposição à informação política nas redes sociais aumenta o interesse cívico e pode estimular outras formas de participação cidadã. Os resultados mostram que essa modalidade é particularmente relevante entre os jovens, que utilizam as plataformas digitais como principal fonte de informação pública.

Outra forma amplamente documentada é a participação expressiva, caracterizada pela manifestação de opiniões, emoções e posicionamentos políticos por meio de comentários, publicações, reações ou produção de conteúdos próprios. Papacharissi (2015) destaca que essa modalidade está estreitamente vinculada à dimensão afetiva da comunicação digital, na qual as emoções desempenham um papel central na construção do discurso público. Os estudos revisados coincidem em afirmar que a expressão digital fortalece o sentido de pertencimento e a identidade coletiva, embora nem sempre se traduza em ações concretas fora do ambiente virtual.

A participação deliberativa constitui outra modalidade relevante, associada à discussão, ao intercâmbio de argumentos e à construção coletiva de significados em fóruns, redes sociais e plataformas digitais. Dahlgren (2013) afirma que esses espaços podem contribuir para o fortalecimento da democracia deliberativa ao facilitar o diálogo entre cidadãos com diferentes perspectivas. Contudo, os resultados da revisão indicam que a qualidade deliberativa desses espaços é variável e depende de fatores como moderação, normas de interação e nível de alfabetização digital dos participantes.

A literatura também identifica a participação mobilizadora, vinculada à organização de protestos, campanhas e ações coletivas mediadas por tecnologias digitais. Bennett e Segerberg (2013) conceitualizam esse fenômeno como ação conectiva, destacando seu caráter personalizado e sua capacidade de articular grandes volumes de participação sem

estruturas organizacionais tradicionais. Os estudos analisados mostram que essa modalidade tem sido fundamental em movimentos sociais contemporâneos, tanto em nível global quanto regional.

Também são identificadas modalidades de participação institucional digital, promovidas por governos e organizações públicas por meio de plataformas de consulta, orçamentos participativos on-line e mecanismos de governo eletrônico. Embora essas iniciativas busquem fortalecer a participação cidadã formal, a literatura indica que seu impacto depende da confiança institucional, da acessibilidade tecnológica e da vontade política (OECD, 2020; Criado & Gil-García, 2019).

Benefícios e potencialidades da comunicação digital para a participação cidadã

Os resultados da revisão destacam múltiplos benefícios e potencialidades da comunicação digital em relação à participação cidadã, especialmente em termos de acesso, inclusão e empoderamento. Um dos principais aportes apontados pela literatura é a redução das barreiras de entrada à participação pública, já que as plataformas digitais permitem que os cidadãos se envolvam sem a necessidade de recursos materiais significativos nem de pertencimento a estruturas organizacionais formais (Jenkins et al., 2015; Shirky, 2011).

Outro benefício amplamente documentado é a ampliação da esfera pública, ao facilitar a visibilização de vozes, problemáticas e demandas que tradicionalmente foram marginalizadas pelos meios de comunicação convencionais. Castells (2012) sustenta que a comunicação digital permite a emergência de contra esferas públicas que disputam narrativas dominantes e fortalecem o pluralismo democrático.

A rapidez e o alcance da comunicação digital constituem outra vantagem significativa, pois possibilitam a difusão imediata de informações e a coordenação de ações coletivas em grande escala. Bennett e Segerberg (2013) destacam que essa capacidade de conexão em rede fortalece a mobilização cidadã e a resposta diante de situações de crise ou injustiça social.

A literatura também ressalta o empoderamento cidadão derivado da possibilidade de produzir e difundir conteúdos próprios. A partir da perspectiva da cultura participativa, Jenkins et al. (2015) afirmam que a comunicação digital transforma os cidadãos em atores ativos do espaço público, capazes de influenciar a agenda pública e os processos de formação da opinião.

Os estudos analisados também indicam que a comunicação digital pode favorecer a transparência e a prestação de contas, ao facilitar o acesso à informação pública e o

monitoramento cidadão das ações governamentais. Iniciativas de governo aberto e dados abertos são identificadas como ferramentas com alto potencial para fortalecer a governança democrática (OECD, 2020; Meijer, Curtin & Hillebrandt, 2012).

Limitações, riscos e desafios da participação cidadã digital

Apesar das potencialidades identificadas, a literatura revisada alerta para diversas limitações e riscos associados à participação cidadã mediada pela comunicação digital. Um dos desafios mais recorrentes é o fenômeno do slacktivism, entendido como uma forma de participação superficial que não se traduz em compromisso político sustentado nem em mudanças estruturais (Morozov, 2011; Christensen, 2011).

Outro desafio central é a brecha digital, que condiciona o acesso e a participação efetiva de amplos setores da população. Van Dijk (2020) afirma que as desigualdades em infraestrutura, competências digitais e capital cultural reproduzem exclusões já existentes no ambiente offline.

A desinformação emerge como um dos riscos mais críticos para a participação cidadã digital. Allcott e Gentzkow (2017) e Wardle e Derakhshan (2017) alertam que a circulação de notícias falsas e conteúdos manipulados afeta a qualidade do debate público e enfraquece a confiança democrática.

Além disso, a polarização e as câmaras de eco geradas pelos algoritmos das plataformas digitais constituem um desafio estrutural. Pariser (2011) e Sunstein (2018) destacam que a personalização algorítmica limita a exposição a perspectivas diversas, enfraquecendo a deliberação democrática.

Papel das instituições e das plataformas digitais na promoção da participação cidadã

Os estudos revisados destacam que o papel das instituições públicas e das plataformas digitais é determinante para o fortalecimento ou enfraquecimento da participação cidadã em ambientes digitais. No âmbito institucional, a comunicação digital é concebida como uma ferramenta estratégica para promover transparência, participação e colaboração entre o Estado e a cidadania (Criado & Gil-García, 2019; OECD, 2020).

Entretanto, os resultados mostram que muitas iniciativas institucionais de participação digital enfrentam problemas de implementação, baixa participação e desconfiança cidadã. Isso ocorre, em parte, devido à falta de desenho participativo, à escassa retroalimentação e à percepção de que essas plataformas não influenciam realmente os processos de tomada de decisão (Meijer et al., 2012).

Por sua vez, as plataformas digitais privadas exercem um papel central como intermediárias da participação cidadã. Autores como Van Dijck (2018) e Fuchs (2014) alertam que essas plataformas não são neutras, pois operam sob lógicas comerciais que influenciam a visibilidade dos discursos e as formas de participação.

A literatura coincide em destacar a necessidade de políticas públicas integrais que articulem comunicação digital, educação cívica e regulação tecnológica, com o objetivo de fortalecer uma participação cidadã inclusiva, crítica e sustentável. A partir dessa perspectiva, a comunicação digital pode tornar-se uma aliada estratégica da democracia, desde que suas limitações estruturais sejam reconhecidas e que se promova uma cidadania digital informada (Dahlgren, 2013; Boulianne, 2015).

Tabela 1: Síntese dos principais achados

CATEGORIA DE ANÁLISE	***ENFOQUES TEÓRICOS PREDOMINANTES***	***PRINCIPAIS ACHADOS DA LITERATURA***	***CONTRIBUIÇÕES-CHAVE PARA A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ***	***LIMITAÇÕES E DESAFIOS IDENTIFICADOS***	***AUTORES REPRESENTATIVOS***
1.Conceituali zação da comunicação digital e da participação cidadã	Sociedade em rede; esfera pública digital; ação comunicativa; cultura participativa	A comunicação digital é concebida como um ambiente sociotécnico que redefine as práticas cidadãs, ampliando o conceito tradicional de participação para dimensões expressivas, deliberativas e afetivas	Ampliação do conceito de cidadania; diversificação das práticas participativas; fortaleciment o de identidades coletivas	Risco de visões idealizadas da democracia digital; fragmentaçã o do debate público; influência de estruturas de poder corporativas	Castells (2009, 2012); Habermas (2006); Dahlgren (2013); Papacharissi (2015); Couldry (2012)
2. Formas e modalidades de participação cidadã em ambientes digitais	Ação conectiva; participação cívica digital; deliberação on-line	Identificação de modalidades como participação informativa, expressiva, deliberativa, mobilizadora e institucional digital	Flexibilização da participação; maior envolvimento juvenil; articulação de ação coletiva sem estruturas hierárquicas	Participação desigual; baixa qualidade deliberativa em alguns espaços; dependência de plataformas privadas	Bennett & Segerberg (2013); Norris (2011); Gil de Zúñiga et al. (2012); Papacharissi (2015)

CATEGORIA DE ANÁLISE	*ENFOQUES TEÓRICOS PREDOMINANTES*	*PRINCIPAIS ACHADOS DA LITERATURA*	*CONTRIBUIÇÕES-CHAVE PARA A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ*	*LIMITAÇÕES E DESAFIOS IDENTIFICADOS*	*AUTORES REPRESENTATIVOS*
3. Benefícios e potencialidades da comunicação digital	Cultura participativa; empoderamento cidadão; democracia digital	Redução das barreiras de acesso; ampliação da esfera pública; visibilização de demandas sociais; fortalecimento do ativismo	Empoderamento simbólico; maior pluralismo discursivo; fortaleciment o do controle cidadão e da transparência	Benefícios distribuídos de forma desigual; necessidade de alfabetizaçã o digital; dependência tecnológica	Jenkins et al. (2015); Castells (2012); Shirky (2011); Meijer et al. (2012); OECD (2020)
4. Limitações, riscos e desafios da participação digital	Enfoques críticos da comunicação; economia política das plataformas	Presença de slacktivism, brecha digital, desinformação, polarização e câmaras de eco algorítmicas	Visibilização de riscos estruturais; necessidade de regulação e educação cívica digital	Enfraquecim ento do debate democrático ; exclusão digital; manipulação informativa; perda de confiança institucional	Morozov (2011); Christensen (2011); Van Dijk (2020); Allcott & Gentzkow (2017); Sunstein (2018)
5. Papel das instituições e das plataformas digitais	Governo aberto; governança digital; mediação algorítmica	As instituições incorporam ferramentas digitais para participação e transparência, com resultados desiguais	Potencial fortaleciment o da governança democrática; melhoria da prestação de contas	Baixa participação institucional ; desconfianç a cidadã; poder concentrado em plataformas privadas	Criado & Gil-García (2019); OECD (2020); Van Dijck (2018); Fuchs (2014); Meijer et al. (2012)

Fonte: Elaboração própria.

CONCLUSÕES

O presente artigo de revisão permitiu analisar e sistematizar de maneira exaustiva a produção científica recente sobre a relação entre a comunicação digital e a participação cidadã, evidenciando que se trata de um campo de estudo dinâmico, multidimensional e em constante evolução. A partir da aplicação rigorosa da metodologia PRISMA, foi possível identificar padrões teóricos, tendências empíricas, benefícios, limitações e desafios que atravessam as práticas de participação cidadã mediadas por tecnologias

digitais. Os resultados confirmam que a comunicação digital não constitui apenas um meio técnico de interação, mas um ambiente sociotécnico que reconfigura profundamente as formas de exercer a cidadania nas democracias contemporâneas (Castells, 2012; Dahlgren, 2013).

Uma das principais contribuições deste estudo reside na clarificação conceitual da comunicação digital e da participação cidadã como fenômenos interdependentes. A literatura revisada mostra um consenso crescente em torno da ideia de que a participação cidadã já não pode ser compreendida exclusivamente a partir de marcos institucionais tradicionais, mas deve incluir práticas comunicativas, expressivas e deliberativas desenvolvidas em ambientes digitais. Esse deslocamento conceitual implica reconhecer que a cidadania é exercida cada vez mais por meio de interações mediadas por plataformas digitais, nas quais a produção e circulação de discursos adquirem um papel central na construção do espaço público (Habermas, 2006; Papacharissi, 2015).

Nesse sentido, a revisão evidencia que a comunicação digital ampliou o repertório de ação cidadã, dando origem a múltiplas formas de participação que vão desde o acesso e a difusão de informação até a mobilização coletiva e o ativismo digital. Essas modalidades, identificadas na literatura como participação informativa, expressiva, deliberativa, mobilizadora e institucional digital, refletem a diversidade de práticas que caracterizam a participação cidadã contemporânea (Bennett & Segerberg, 2013; Norris, 2011). No entanto, os resultados também mostram que essa diversidade não garante, por si só, uma participação profunda ou transformadora, o que obriga a problematizar a qualidade e o impacto real dessas práticas.

Outro achado relevante do estudo é o reconhecimento dos benefícios e potencialidades da comunicação digital para o fortalecimento da participação cidadã. A literatura coincide em afirmar que as tecnologias digitais reduziram significativamente as barreiras de entrada na esfera pública, facilitando a expressão cidadã, a visibilização de demandas sociais e a articulação de ações coletivas em grande escala (Jenkins et al., 2015; Shirky, 2011). Da mesma forma, destaca-se o potencial da comunicação digital para empoderar os cidadãos como produtores de conteúdos e atores ativos do debate público, contribuindo para o pluralismo e para a diversificação de vozes na esfera pública (Castells, 2012).

Entretanto, as conclusões deste estudo também sublinham que esses benefícios são distribuídos de forma desigual e estão condicionados por fatores estruturais como a exclusão digital, as competências midiáticas e as desigualdades socioeconômicas. A persistência dessas desigualdades limita o alcance inclusivo da participação cidadã digital

e reproduz exclusões preexistentes no âmbito offline (Van Dijk, 2020; Norris, 2011). Em consequência, a comunicação digital não pode ser considerada um mecanismo automático de democratização, mas sim um espaço de oportunidades e tensões que requer intervenções deliberadas para garantir seu caráter inclusivo.

Um dos aspectos mais críticos identificados na literatura é a presença de riscos e desafios associados à participação cidadã digital. Entre eles, destacam-se o fenômeno do *slacktivism*, a desinformação, a polarização e a influência dos algoritmos na visibilidade dos discursos. Esses elementos afetam diretamente a qualidade do debate público e podem enfraquecer os processos democráticos ao fomentar práticas participativas superficiais ou manipuladas (Morozov, 2011; Allcott & Gentzkow, 2017; Sunstein, 2018). As conclusões do estudo enfatizam a necessidade de abordar esses riscos a partir de uma perspectiva crítica e integral.

Em relação à desinformação, a revisão evidencia que a proliferação de notícias falsas e conteúdos manipulados constitui uma das principais ameaças à participação cidadã informada. A circulação de informação enganosa não apenas distorce o debate público, mas também corrói a confiança nas instituições democráticas e nos próprios processos participativos (Wardle & Derakhshan, 2017). Esse cenário reforça a importância de promover a alfabetização digital e midiática como um componente essencial da cidadania contemporânea.

Outro aspecto central abordado nas conclusões é o papel das instituições públicas e das plataformas digitais na promoção da participação cidadã. Os resultados do estudo mostram que, embora os governos tenham incorporado progressivamente ferramentas digitais para fomentar a participação e a transparência, essas iniciativas enfrentam importantes desafios relacionados à confiança cidadã, à acessibilidade e à incidência real na tomada de decisões (Criado & Gil-García, 2019; OECD, 2020). Em muitos casos, a participação institucional digital é percebida como simbólica ou limitada, o que reduz seu potencial transformador.

As conclusões destacam que as plataformas digitais privadas desempenham um papel central como intermediárias da participação cidadã, o que levanta questionamentos éticos e políticos relevantes. A literatura revisada adverte que essas plataformas operam sob lógicas comerciais que influenciam a visibilidade dos discursos, a circulação de informação e as formas de participação, gerando novas assimetrias de poder (Van Dijck, 2018; Fuchs, 2014). Nesse contexto, torna-se imprescindível refletir sobre a necessidade

de marcos regulatórios que garantam transparência, equidade e proteção dos direitos dos cidadãos em ambientes digitais.

Sob uma perspectiva regional, as conclusões do estudo sublinham a relevância de analisar a comunicação digital e a participação cidadã em contextos específicos, como a América Latina, onde as plataformas digitais adquiriram um papel protagonista em processos de mobilização social, denúncia e ação coletiva. Embora esses ambientes tenham permitido visibilizar demandas historicamente marginalizadas, também intensificaram a polarização política e os conflitos discursivos, evidenciando a ambivalência da comunicação digital como ferramenta democrática (Waisbord, 2018; Tufte & Enghel, 2009).

A partir dos resultados obtidos, este estudo aporta evidências relevantes para o desenho de políticas públicas orientadas ao fortalecimento da participação cidadã em ambientes digitais. As conclusões sugerem que tais políticas devem articular estratégias de comunicação digital, educação cívica e alfabetização midiática, bem como promover a inclusão digital e a regulação das plataformas tecnológicas. Somente por meio de uma abordagem integral será possível aproveitar o potencial democratizador da comunicação digital e mitigar seus riscos estruturais (Dahlgren, 2013; Boulianne, 2015).

As conclusões deste artigo de revisão destacam a necessidade de continuar aprofundando a pesquisa sobre comunicação digital e participação cidadã, especialmente por meio de estudos empíricos que analisem o impacto real das práticas participativas digitais na tomada de decisões públicas e na transformação social. Propõe-se explorar enfoques comparativos e longitudinais que permitam compreender a evolução dessas dinâmicas em distintos contextos sociopolíticos. Em um cenário marcado pela crescente digitalização da vida pública, o estudo da comunicação digital e da participação cidadã consolida-se como um campo-chave para o fortalecimento da democracia contemporânea.

REFERÊNCIAS

Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2), 211–236. https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211

Bennett, W. L., & Segerberg, A. (2013). *The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics*. Cambridge University Press.

Boulianne, S. (2015). Uso das redes sociais e participação: Uma meta-análise das pesquisas atuais. *Information, Communication & Society*, 18(5), 524–538. https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1008542

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Uso da análise temática em psicologia. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa

Castells, M. (2009). *Communication power*. Oxford University Press.

Castells, M. (2012). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age*. Polity Press.

Christensen, H. S. (2011). Atividades políticas na Internet: Slacktivismo ou participação política por outros meios? *First Monday*, 16(2). https://doi.org/10.5210/fm.v16i2.3336

Couldry, N. (2012). *Media, society, world: Social theory and digital media practice*. Polity Press.

Criado, J. I., & Gil-García, J. R. (2019). Criação de valor público por meio de tecnologias e estratégias inteligentes: De serviços digitais à inteligência artificial e além. *International Journal of Public Sector Management*, 32(5), 438–450. https://doi.org/10.1108/IJPSM-07-2019-0178

Dahlgren, P. (2013). *The political web: Media, participation and alternative democracy*. Palgrave Macmillan.

Fuchs, C. (2014). *Social media: A critical introduction*. Sage.

Gil de Zúñiga, H., Jung, N., & Valenzuela, S. (2012). Uso das redes sociais para notícias e capital social, engajamento cívico e participação política dos indivíduos. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 17(3), 319–336. https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2012.01574.x

Habermas, J. (2006). Comunicação política na sociedade midiática: A democracia ainda possui uma dimensão epistêmica? *Communication Theory*, 16(4), 411–426. https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x

Jenkins, H., Ford, S., & Green, J. (2015). *Spreadable media: Creating value and meaning in a networked culture*. New York University Press.

Meijer, A., Curtin, D., & Hillebrandt, M. (2012). Governo aberto: Conectando visão e voz. *International Review of Administrative Sciences*, 78(1), 10–29. https://doi.org/10.1177/0020852311429533

Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Itens preferenciais para relato de revisões sistemáticas e meta-análises: A declaração PRISMA. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097. https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097

Morozov, E. (2011). *The net delusion: The dark side of Internet freedom*. PublicAffairs.

Norris, P. (2011). *Democratic deficit: Critical citizens revisited*. Cambridge University Press.

OECD. (2020). *Innovative citizen participation and new democratic institutions: Catching the deliberative wave*. OECD Publishing. https://doi.org/10.1787/339306da-en

Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., … Moher, D. (2021). A declaração PRISMA 2020: Diretriz atualizada para o relato de revisões sistemáticas. *BMJ*, 372, n71. https://doi.org/10.1136/bmj.n71

Papacharissi, Z. (2015). *Affective publics: Sentiment, technology, and politics*. Oxford University Press.

Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Penguin Press.

Shirky, C. (2011). O poder político das redes sociais: Tecnologia, esfera pública e mudança política. *Foreign Affairs*, 90(1), 28–41.

Sunstein, C. R. (2018). *#Republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton University Press.

Tufte, T., & Enghel, F. (2009). Engajamento juvenil, mídia digital e comunicação para a mudança social. *Communication for Development and Social Change*, 1–15.

Van Dijck, J. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press.

Van Dijk, J. (2020). *The digital divide*. Polity Press.

Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Council of Europe

© Los autores. Este artículo se publica en GlobalNet bajo la Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esto permite el uso, distribución y reproducción en cualquier medio, incluidos fines comerciales, siempre que se otorgue la atribución adecuada a los autores y a la fuente original.

